



BARRETO

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Poe



 BARRETO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	BARRETO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ.: 64.655.404/0001-04 Rua Ananias Alexandre, 741 - Qd 55 Curicaca - Caucaia/CE. CEP.: 61.601-615 Tel.: (85) 99638-6077 E-mail: barretohospitalar@gmail.com AFE/ANVISA: 8.34254-1 (YLX3362L8636)
---	---

Orçamento nº 070/2026	Emitido: Quinta, 03/09/2026	Válido até: 02/12/2026
-----------------------	-----------------------------	------------------------

CLIENTE			
NOME	POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO		
TELEFONE	(88) 3411-0797	E-MAIL	faleconosco@cpsmrussas.com.br
ENDEREÇO	Rua Felipe Santiago, 191	CNPJ	11.487.835/0001-34
BAIRRO	Cidade Universitária	CIDADE	Russas
		ESTADO	CE CEP: 62900-055

A. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Barreto Comércio de Equipamentos Hospitalares LTDA é uma empresa especializada na comercialização de equipamentos médico-hospitalares, sediada em Caucaia/CE. Os traços que movem a empresa são Confiabilidade, Agilidade e Facilidade no serviço prestado. Nosso foco é desburocratizar o acesso a equipamentos médico-hospitalares de boa qualidade a custo praticável, com atendimento técnico especializado em todas as etapas do fornecimento.

B. PORTFÓLIO DE EQUIPAMENTOS

A Barreto Comércio de Equipamentos Hospitalares trabalha com equipamentos de alta durabilidade, confiabilidade e baixas taxas de manutenção. Para tal, buscamos, dentre as marcas disponíveis no mercado, a que, em cada item, oferece o melhor custo-benefício. Buscamos o que é melhor para nosso cliente.

C. MOTIVAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

A aquisição de equipamentos hospitalares de qualidade é fundamental para a modernização do parque tecnológico das unidades de saúde, possibilitando maior precisão nos diagnósticos, agilidade nos procedimentos e ampliação da capacidade de atendimento à população.

A Barreto Comércio de Equipamentos Hospitalares atua no fornecimento de equipamentos médico-hospitalares de diversas marcas nacionais e internacionais, sempre buscando o melhor custo-benefício e garantindo suporte técnico especializado, treinamento operacional e assistência pós-venda.

Com técnicos especializados nesta área, a Barreto Comércio acompanha o cliente desde a especificação técnica até a entrega, instalação e capacitação das equipes, assegurando equipamentos seguros, de qualidade e adequados às necessidades de cada instituição.

D. PROPOSTA COMERCIAL - VENDA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

A proposta a seguir contém o equipamento conforme solicitado pelo contratante, com especificações técnicas mínimas, marca/modelo de referência e registro ANVISA indicados.

As imagens apresentadas são ilustrativas.

**BARRETO**

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

BARRETO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ.: 64.655.404/0001-04
Rua Ananias Alexandre, 741 - Qd 55
Curicaca - Caucaia/CE. CEP.: 61.601-615
Tel.: (85) 99638-6077
E-mail: barretohospitalar@gmail.com
AFE/ANVISA: 8.34254-1 (YLX3362L8636)



Orçamento nº 070/2026

Emitido: Quinta, 03/09/2026

Válido até: 02/12/2026

CLIENTE

NOME	POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO		
TELEFONE	(88) 3411-0797	E-MAIL	faleconosco@cpsmrussas.com.br
ENDEREÇO	Rua Felipe Santiago, 191	CNPJ	11.487.835/0001-34
BAIRRO	Cidade Universitária	CIDADE	Russas
		ESTADO	CE CEP: 62900-055

ORÇAMENTO - PROPOSTA DE VENDA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO**

ITEM	EQUIPAMENTO / MARCA / MODELO	DESCRIÇÃO TÉCNICA MÍNIMA	REGISTRO ANVISA	QT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BOMBA DE VÁCUO ODONTOLÓGICA/CIR ÚRGICA Marca: Schuster Modelo: Suctron Premium	BOMBA DE VÁCUO ODONTOLÓGICA/CIRÚRGICA - Bomba de vácuo com capacidade para até 7 pontos de sucção simultâneos; - Sistema automático de descarga dos resíduos diretamente ao esgoto; - Pré-lavagem automática do filtro coletor; - Turbina completa em liga de bronze, com motor de eixo central em inox; - Filtro coletor de detritos de fácil limpeza, com abertura superior; - Temporizador de varredura para limpeza automática da tubulação interna; - Frete, gabinete de proteção e instalação inclusos no valor.	A informar	2	R\$ 9.100,00	R\$ 18.200,00
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO:					R\$ 18.200,00	

**BARRETO**

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

BARRETO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ.: 64.655.404/0001-04
Rua Ananias Alexandre, 741 - Qd 55
Curicaca - Caucaia/CE. CEP.: 61.601-615
Tel.: (85) 99638-6077
E-mail: barretohospitalar@gmail.com
AFE/ANVISA: 8.34254-1 (YLX3362L8636)



Orçamento nº 070/2026

Emitido: Quinta, 03/09/2026

Válido até: 02/12/2026

CLIENTE

NOME	POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO		
TELEFONE	(88) 3411-0797	E-MAIL	faleconosco@cpsmrussas.com.br
ENDEREÇO	Rua Felipe Santiago, 191	CNPJ	11.487.835/0001-34
BAIRRO	Cidade Universitária	CIDADE	Russas
		ESTADO	CE CEP: 62900-055

ORÇAMENTO - PROPOSTA DE VENDA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**RESUMO - MUNICÍPIO DE RUSSAS****POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO**

ITEM	EQUIPAMENTO HOSPITALAR	QT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Bomba de Vácuo Odontológica/Cirúrgica Suctron Premium	2	R\$ 9.100,00	R\$ 18.200,00
TOTAL POLICLÍNICA REGIONAL DR. JOSÉ MARTINS DE SANTIAGO:				R\$ 18.200,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:				R\$ 18.200,00

O equipamento será fornecido com garantia mínima de 12 meses, manual de operação, instalação e treinamento operacional quando aplicável. Será entregue com certificados/documentos técnicos cabíveis, incluindo certificado de calibração quando aplicável, e registro ANVISA vigente quando exigido pela legislação sanitária.

Paulo Roberto Barreto
Sócio-Administrador
Barreto Comércio de Equipamentos Hospitalares



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20260901/0001-62
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº DE 012-2026 CPSMR

A Comissão de Contratação da Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas, consoante autorização do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) José Arelone Andrade da Silva, Ordenador de Despesas da Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas, vem apresentar justificativas concernente à dispensa eletrônica de licitação, para atendimento do objeto demandado no Processo Administrativo supracitado.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE BOMBA DE VÁCUO CIRÚRGICA/ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO DR. RAIMUNDO XAVIER DE ARAÚJO, SOB RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS - CPSMR., junto à BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Após análise da proposta apresentada eletronicamente pela indigitada proponente, verificamos que atende as necessidades do(a) Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas, visando atender a demanda da edilidade, restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Processo administrativo de dispensa de licitação está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração, incluindo:

- a) Exposição de motivos firmada atestando as necessidades de contratação, acompanhada do termo de referência/projeto básico;
- b) Documentos comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado;
- c) Estimava de despesas;
- d) Pesquisa de preços;



- e) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- f) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- g) Razão da escolha do fornecedor;
- h) Justificativa do preço.

A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente dispensa de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

NOÇÕES GERAIS

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições



efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu artigo 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação

O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).
(...)

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Essa atualização, prevista no art. 182 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatoriamente divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo que os órgãos e entidades da administração pública utilizem os valores corrigidos em suas contratações diretas.



Dessa forma, qualquer contratação de outros serviços e compras dentro desse limite poderá ser realizada por dispensa de licitação, desde que observados os princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como a vantajosidade para a administração pública.

REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NAS HIPÓTESES EM QUE É PERMITIDA A CONTRATAÇÃO DIRETA

Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado}, sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração. A Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021 traz grande quantidade de novos princípios para reger as licitações e os contratos administrativos. Os novos princípios estão grifados abaixo, no trecho do artigo 5º do seu texto:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



Os objetivos da licitação, que na Lei nº 8.666/93 são chamados de finalidades da licitação, atualmente, pela Lei nº 14.133/2021, são os que seguem: , .

- a) Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia;
- b) Seleção da proposta mais vantajosa para a administração;
- c) Promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) A Nova Lei de Licitações mantém a mesma ideia e traz dois novos objetivos:
 - e) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso;
 - f) Assegurar tratamento isonômico;
 - g) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
 - h) Justa competição;
 - i) Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento.

Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta, utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação.

Deve o administrador observar o princípio da anualidade do orçamento. "Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento." - Manual TCU.

Cumprе destacar que esses limites não devem ser considerados isoladamente para cada contratação. Ao contrário, devem ser somadas parcelas de um mesmo objeto e objetos de mesma natureza, sendo que no caso de obras e serviços, aqueles executados no mesmo local. A nova Lei tenta conferir maior segurança jurídica ao gestor, dando um norte quanto ao período a ser considerado e ao conceito de objetos de mesma natureza, consoante previsão do art. 75, § 1º.

Esta orientação abaixo foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos - Orientações Básicas, Brasília. Vejamos:



"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 - Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 - Primeira Câmara.

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 de 01/04/2021, PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Conforme a Lei Federal acima mencionada ficou alterado o valor para a dispensa de licitação O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)., cabendo registrar que os referidos valores serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.



Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

A correta caracterização da dispensa em razão do valor pressupõe uma rica e criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater a tendência de os preços se aproximarem do valor limite da contratação ou, em outras palavras, evitando que o procedimento, por ser menos formalista, induza o sobrepreço.

De fato, os fornecedores, ao vislumbrarem a possibilidade de se obterem ganhos maiores em um processo no qual a competição é mais limitada, tendem a inflar suas propostas, induzindo a administração a uma contratação antieconômica.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)¹,

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

Por fim, na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem licitação, Ed. Brasília Jurídica, 5a Edição, p. 289:

"Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, *numerus dausus*, no jargão jurídico, querendo



significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação".

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório e sendo assim presente contratação atende ao disposto no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

I - ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO

Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.

Na verdade, o processo de **dispensa de licitação** neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação.

A sua importância está assim definida na nova Lei de Licitações, capítulo

II - Fase Preparatória, artigo 18, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. (...)

(...)

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;



III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

(...)

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

A justificativa da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da contratação que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela contratação.

Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da dispensa de licitação seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades do(a) Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas.

Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021.



DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A proponente BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi selecionada através de dispensa eletrônica de licitação, apresentando sua proposta compatível com a realidade dos preços praticados no mercado em se tratando de produto ou serviço similar, tendo inclusive a proponente comprovado de que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Portanto, poderá a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Procedeu-se a dispensa de licitação na forma eletrônica, concluindo ao final da sessão pública que a proposta mais vantajosa foi apresentada pelo(a) proponente BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº 64.655.404/0001-04, com o valor de R\$ R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais).

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Contratação do(a) Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente Declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, para a contratação pretendida através da proponente BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº 64.655.404/0001-04. E, sendo assim, comunicamos à(a) Sr(a) José Arelone Andrade da Silva, autoridade competente, que a presente Declaração acompanha a nota técnica consolidada para análise. Caso entenda pela correção dos procedimentos adotados, solicitamos a adjudicação do objeto à proponente e a homologação do processo, nos termos do art. 72, VIII, da Lei nº 14.133/2021, e emissão da autorização competente com posterior publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a publicidade exigida.

Russas/CE, 01 de outubro de 2026



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS

Uma Gestão com Pessoas, por Resultados e Justiça Social.



Rafael Gurgel Nogueira Lima
RAFAEL GURGEL NOGUEIRA LIMA

Agente de Contratação

Tatiana Melo Lima
TATIANA MELO LIMA

Equipe de Apoio

Raimundo Edivandro Nogueira Moreira
RAIMUNDO EDIVANDRO NOGUEIRA MOREIRA

Equipe de Apoio

Maria Gilvania Sombra
MARIA GILVANIA SOMBRA

Equipe de Apoio

Alisson Cordeiro S. Simplicio
ALYSSON CORDEIRO SANTIAGO SIMPLICIO

Equipe de Apoio



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS

Uma Gestão com Pessoas, por Resultados e Justiça Social.



TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20260901/0001-62

Após minuciosa análise dos resultados da Dispensa Eletrônica nºDE 012-2026 CPSMR, e seguindo a Nota Técnica apresentada pelo Agente de Contratação, o(a) Sr(a). José Arelone Andrade da Silva, ORDENADOR(A) DE DESPESAS) da(o) CONSORCIO PUBL. SAUDE MICRORREG. RUSSAS, procede à adjudicação. Este processo foi meticulosamente conduzido em conformidade com o Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de transparência e competitividade por meio da publicação de avisos em sítio eletrônico oficial.

Além disso, o processo seguiu o rito estabelecido no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que requer que o processo de contratação direta seja instruído com os documentos necessários para a formalização da demanda, a justificativa da escolha do fornecedor, e a análise de compatibilidade dos preços com o mercado. Com base nesses critérios **ADJUDICO** ao(s) fornecedor(es) vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns), conforme indicado no quadro, resultado da adjudicação.

A Nota Técnica detalha e justifica a escolha baseando-se nos princípios de eficiência, economicidade e conformidade com as diretrizes governamentais. Este documento assegura que o procedimento foi transparente, que as propostas foram analisadas de forma equitativa e que a oferta mais vantajosa foi escolhida, refletindo o melhor interesse público em termos de valor e adequação às necessidades operacionais e estratégicas.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

64.655.404/0001-04 - BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

1 - LOTE UNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	bomba de vácuo cirúrgica/odontológica,	Schuster	2,00	Unidade	9.100,00	9.100,00	18.200,00
VALOR TOTAL							18.200,00

Adjudicado para BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS

Uma Gestão com Pessoas, por Resultados e Justiça Social.



CNPJ/MF: 64.655.404/0001-04, pelo melhor valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais), em 01/10/2026.

Dr. José Arelone Andrade da Silva
Secretário de Saúde - CPSMR
RESOLUÇÃO 28092025/004

José Arelone Andrade Da Silva
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20260901/0001-62

Aos um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, José Arelone Andrade da Silva, ORDENADOR(A) DE DESPESAS do(a) Consorcio Publ. Saude Microrreg. Russas, **HOMOLOGA** a Dispensa Eletrônica nº DE 012-2026 CPSMR, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

64.655.404/0001-04 - BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

1 - LOTE UNICO

[illegible]

Homologado para BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF: 64.655.404/0001-04, pelo melhor valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais), em 01/10/2026.

Sec. de Ind. e Comércio - CFS-MR
RE-O 28042025/004

José Arelone Andrade Da Silva
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



**AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº DE 012-2026 CPSMR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20260901/0001-62**

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de contratação direta de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor/prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a proponente apresentou a proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para celebrar o contrato, conforme preconizado no inciso V do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a JUSTIFICATIVA apresentada pela Comissão de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação está em conformidade com o Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, O art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta, por dispensa de licitação, para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite estabelecido em regulamento. Com a publicação do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, os valores da Nova Lei de Licitações foram atualizados, passando o limite do art. 75, inciso II, a ser de R\$ 65.492,11, (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)., cabendo ressaltar que o valor será duplicado para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

CONSIDERANDO que o processo de contratação direta foi conduzido em estrita conformidade com o Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o qual enfatiza a importância de transparência e competitividade através da publicação de avisos em sítio eletrônico oficial do órgão, visando atrair propostas competitivas mesmo em cenários de limitada competição;

CONSIDERANDO que a seleção do fornecedor foi realizada com base numa análise detalhada que confirmou a proposta mais vantajosa para a administração pública, cumprindo os princípios de economicidade, eficiência e adequação às necessidades do órgão, conforme demonstrado pelas justificações robustas e documentação completa apresentadas no processo;

CONSIDERANDO que, apesar da presença de um único proponente, o processo não foi comprometido em sua integridade ou objetividade, assegurando



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS

Uma Gestão com Pessoas, por Resultados e Justiça Social.



que todas as etapas foram transparentes e que a oferta selecionada estava alinhada com os preços de mercado e os interesses públicos;

CONSIDERANDO que a adjudicação e homologação do contrato estão de acordo com os requisitos legais estabelecidos no inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que exige a autorização da autoridade competente para a conclusão do processo de contratação;

AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº DE 012-2026 CPSMR, nos termos descritos abaixo:

OBJETO A SER CONTRATADO: AQUISIÇÃO DE BOMBA DE VÁCUO CIRÚRGICA/ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO DR. RAIMUNDO XAVIER DE ARAÚJO, SOB RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS - CPSMR.

PROPONENTE: BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

PRazo DE VIGÊNCIA: 12 meses.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais)

Diante do exposto, o(a) ORDENADOR(A) DE DESPESAS, **RATIFICA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, .

DETERMINO, ainda, que seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, este ato e o extrato decorrente do contrato, em atendimento aos preceitos estabelecidos no artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.

Russas/CE, 01 de outubro de 2026


José Arelone Andrade Da Silva
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

José Arelone Andrade Da Silva
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS

Uma Gestão com Pessoas, por Resultados e Justiça Social.



EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº 00001.20260901/0001-62 - Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBA DE VÁCUO CIRÚRGICA/ODONTOLÓGICA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO DR. RAIMUNDO XAVIER DE ARAÚJO, SOB RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE RUSSAS - CPSMR.. Fundamento Legal: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Declaração de Dispensa em 01 de outubro de 2026. JOSÉ ARELONE ANDRADE DA SILVA. ORDENADOR(A) DE DESPESAS. Proponente: BARRETO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/MF Nº 64.655.404/0001-04. Valor Global: R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais).